[Recensão a] COELHO, Francisco José Senra – D. Augusto Eduardo Nunes professor de Coimbra – arcebispo de Évora

Autor(es): Rodrigues, Manuel Augusto

Publicado por: Centro de História da Sociedade e da Cultura

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39547>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_10-2_21

Accessed : 26-Apr-2023 14:35:50

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

10
2010

R

evista de História da Sociedade e da Cultura

Tomo II

Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Studies”, na medida em que denota um cepticismo em relação às fontes escritas que, no caso deste estudo, parece-me, advém do facto de o autor as não ter afluído com as ferramentas teórico-metodológicas adequadas, tais como a enunciação de problemas pertinentes, a definição do método para tratá-los, o cruzamento entre fontes, a declaração de várias hipóteses de pesquisa e a reflexão em torno da bibliografia já existente.

Diga-se a terminar que este estudo tem, conjuntamente, uma agenda sociológica, antropológica e histórica. Aí reside, em suma, o seu logro analítico, pois em rigor, nem a nenhuma parece servir de forma efectiva, nem a nenhuma o autor parece querer filiar o seu trabalho. Sobretudo ao assumir que a reflexão encetada neste livro em grande parte se deve, note-se, aos azulejos setecentistas da igreja de Santa Ana: “tal como os azulejos pertencem a um molde determinado mas são diferentes entre si [...] as visitas pastorais denunciam um discurso tridentino que foi aplicado a uma sociedade que continuou, por resistência, heterogénea”. No fim, dado o cepticismo do autor em relação ao conteúdo das visitas pastorais, fica a ideia que o trabalho chegaria às mesmas conclusões tendo apenas como base a aludida azulejaria!

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.

jaime.teixeira@eui.eu

COELHO, Francisco José Senra – *D. Augusto Eduardo Nunes professor de Coimbra – arcebispo de Évora*. Lisboa: Paulus Editora, 2010, 920 p.

O livro com o título em epígrafe é da autoria de Francisco José Senra Coelho, professor de história da Igreja no Instituto Superior de Teologia de Évora e pároco na mesma cidade. Apresentou a sua tese doutoral em inglês na Phoenix International University, com o reconhecimento do British Council que agora publicou, simplificada, em português. Evocando-se este ano o centenário da República o estudo em apreço aparece no momento ideal.

A apreciação rigorosa e sem preconceitos do que foi o catolicismo em Portugal a partir do séc. XIX ainda está por fazer em todas as suas vertentes. São contributos como este que podem ajudar a desmontar esquemas pré-fabricados e sem qualquer base consistente. Por outro lado, podemos através das suas páginas entender melhor a formação teológica dos responsáveis eclesiásticos do período estudado. Da leitura de textos como este extraem-se muitas lições para o nosso tempo que urge aprofundar com toda a atenção.

A obra é dividida em três partes: síntese biográfica de D. Augusto Eduardo Nunes, o seu pensamento social e o papel que desempenhou na primeira República. Trata-se de um notável contributo para um melhor conhecimento da história da Igreja em Portugal. O apêndice documental inclui três secções: na galeria dos arcebispos, escritor de Coimbra (1876-1886) e os documentos colectivos do episcopado português. Termina o livro com um apêndice fotográfico. A bibliografia seleccionada é bastante completa.

D. Augusto nasceu a 31 de Março de 1849 e faleceu a 11 de Julho 1920. Matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra em 1874, tendo-se doutorado 19 de Dezembro de 1880. Foi lente substituto e depois catedrático daquela faculdade, leccionando ainda no Seminário diocesano. Este livro possibilita-nos acompanhar com clareza a história da Faculdade de Teologia nesse tempo, os seus mestres e as ideias professadas. Em 1884, foi nomeado arcebispo titular de Perga e coadjutor de Évora com direito de sucessão. Em 1890, com o falecimento do arcebispo Pereira Bilhano passou a titular. Foi uma época difícil a que viveu durante os trinta anos em que esteve à frente da arquidiocese na qual exerceu uma acção pastoral muito positiva.

Como salienta D. Manuel Clemente no prefácio: «Efectivamente, a época do biografado foi das mais cruciais e decisivas que o Catolicismo português atravessou». Depois da primeira fase das relações ente o Cristianismo e o Liberalismo que começa com as invasões francesas vem a segunda fase que é a do tempo de D. Augusto, marcada desde 1870 a 1910 pela divulgação de ideias novas em que pontificavam o positivismo e o cientismo. Como escreve ainda o bispo do Porto: «Como sabemos, de 5 de Outubro de 1910 a 20 de Abril de 1911 (Lei de Separação), o grupo determinante do novo regime concretizou este ideário da maneira mais radical e inaceitável para os que permaneciam católicos de consciência e acção e acreditavam que,

bem entendidas as coisas, o Cristianismo era e seria o maior factor da liberdade e da regeneração nacional».

O arcebispo de Évora impôs-se como reputado escritor, orador, teólogo e profeta do seu tempo. Durante a sua estada em Coimbra escreveu vários livros como “Indiferentismo, tolerância e liberdade de cultos”, “Necessidade das missões religiosas nas colónias portuguesas”, “A teologia e a ciência da natureza”, “O antropocentrismo”, “Socialismo e catolicismo”, “O liberalismo”, “O múnus social da Igreja Católica”. Pela simples enumeração destas publicações podemos aquilatar da abrangência temática de D. Augusto. Vale a pena ler e reflectir sobre os assuntos versados para compreender melhor a apologética do seu tempo. O problema das relações entre a fé e a ciência deu origem no séc. XIX a grandes debates suscitados pela interpretação do Génesis e pelo extraordinário progresso do saber. Os autores católicos nem sempre manifestaram a devida compreensão do binómio fé-razão. No trabalho “A teologia e a ciência da natureza” critica as interpretações dadas pelo lente de Filosofia, Francisco Correia Barata, acerca de vários pontos, nomeadamente relativos ao darwinismo. Correia Barata (1847-1950), natural de Loulé, leccionou entre outras as cadeiras de Zoologia, Química e, Mineralogia. Foi secretário da sua Faculdade e director do Gabinete de Química. Publicou vários artigos e livros, como *Da atomicidade. Estudo crítico das teorias químicas modernas* (1871), *As raças históricas da Península Ibérica* (1873) e *Origens Antropológicas da Europa* (s. d.). Foi um grande defensor das ideias de Comte e exerceu vários cargos fora da Universidade. De salientar que nos seus escritos o arcebispo de Évora mostra-se conhecedor da notáveis especialistas da filosofia e das ciências, citando e comentando Renan, Hettinger, Reusch, Rousseau, Flammarion, Rémusat etc.

Acerca da questão social escreve: «O catolicismo não se restringe ao santuário das consciências individuais, posto que seja este o alvo próximo e predilecto de seus benefícios: é uma religião eminentemente social, cuja vida exterior anda estreitamente travada à vida da sociedade, da qual é um dos alicerces. A catástrofe que demolir esta, há-de reflectir no outro a sua acção ruínosa, sem que, todavia o catolicismo, pereça, mercê da indefectibilidade divinamente assegurada...A despeito das interessadas negativas ou da afectada indiferença de alguns estadistas célebres, é incontestável a realidade

e gravidade da questão social moderna. Aos sinistros clarões dos incêndios ateados na capital da França, o Socialismo apareceu, em sua hedionda nudez, como uma entidade viva e ameaçadora; e o vapor do sangue que tem derramado, não conseguir obscurecer o vulto execrando». Os socialistas, escreve, pretendem destruir o direito individual de propriedade e tornar a colectividade proprietária exclusiva...». Segue-se um violento ataque ao socialismo.

O catolicismo aspira a extirpar do seio da sociedade o cancro da miséria e do pauperismo; aspira a reconciliar e aproximar o capital e o trabalho; aspira a unir todos os homens pelos vínculos da fraternidade cristã, quanto possível, a sorte dos operários; aspira a levantar o nível intelectual e moral dos chamados proletários: mas entende que a consecução destes “desiderata” não exige a destruição da ordem social, e que uma só coisa é necessária e bastante – que o corpo seja influenciado e animado pelo espírito genuinamente cristão».

A formação de D. Augusto processou-se em pleno pontificado de Pio IX e de Leão XIII. A onze anos da encíclica “*Rerum Novarum*” (1891) já D. Augusto defendia o direito de a Igreja Católica intervir nas questões sociais. Criticava abertamente os exageros do capitalismo liberal, então muito em moda, defendia certos direitos dos operários, como definição de horário de trabalho e idade mínima para o trabalho infantil, direito das mulheres a tempo de maternidade, domingo livre para a prática religiosa, ordenados compatíveis, etc. Situava-se na perspectiva de certos movimentos sociais estrangeiros que iam manifestando o genuíno espírito que devia orientar a evolução da sociedade.

Relativamente à posição assumida por D. Augusto Eduardo Nunes durante a 1.^a República, o A. passa em revista os aspectos considerados mais importantes, como a génese da lei de separação, os seus efeitos, a revolução republicana e a nunciatura de Lisboa (1910), a redacção dos documentos colectivos do episcopado português, o protesto do episcopado português (5 de Maio de 1811), o caso dos padres pensionistas, os bens eclesiásticos, a lei de separação do Estado e das Igrejas (20 de Abril de 1911), o destino dos edificios e dos bens da Igreja, as associações culturais, etc.

Foi um período altamente conturbado, mas o arcebispo eborense soube com firmeza e determinação responder às ameaças que foram surgindo de

vários quadrantes com grande sentido de rigor e objectividade. Conta-se como um dos maiores que souberam enfrentar as dificuldades surgidas, ao lado de outros prelados de então, como o patriarca de Lisboa, Mendes Belo, e os bispos do Porto, D. António Barroso, de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, e da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, para só mencionar alguns, que deram provas admiráveis de defesa dos interesses da Igreja e da sociedade civil.

D. Augusto soube distanciar-se das correntes eclesiásticas da época: nem defensor do liberalismo nem na corrente intransigente. Aceitou o regime republicano na convicção de que a Igreja não estava vinculada a regimes; mas opõe-se ao laicismo político que tentava eliminar o dogma católico. Contudo era de opinião que a doutrina cristã devia impregnar as decisões do Estado. Estava-se longe do Vaticano II na sua concepção de uma separação entre as esferas espiritual e temporal.

De referir ainda a edição de *Theologiae fundamentalis compendium e Institutiones theologiae fundamentalis*, redigidos à luz dos ensinamentos do Vaticano I, em que pretendeu quebrar o monopolismo regalista e galicano em vigor na Universidade de Coimbra. São estudos marcantes em que essencialmente a eclesiologia é tratada com especial cuidado. Verificamos que revela o pensamento de uma época bastante distanciada dos tratados aparecidos mais tarde que se baseavam no recurso às fontes bíblicas e patrísticas e à aplicação da crítica literária e do método histórico-filológico. Compreende-se igualmente que revele não estar a par da grande renovação das ciências eclesiásticas que se estavam a verificar lá fora e que tanto haviam de contribuir para o avanço do saber teológico nas suas diversas áreas.

A sugestão feita pelo A. para que um dia se publique a obra completa de D. Augusto é de apoiar inteiramente. É certo que a obra oratória já se encontra concluída, mas havia que prosseguir a tarefa com outros trabalhos do grande arcebispo eborense. Oxalá o A., que nos brindou com este modelar trabalho, consiga realizar esse projecto.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.
mrodrigues@ci.uc.pt